

LEI COMPLEMENTAR N. 159, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

“Altera a Lei Complementar nº 122/2010, que “dispõe sobre o Plano de Cargos e Remuneração do Poder Executivo do Município de Ponta Porã – PCR-PORÃ e dá outras providências.”

Autor: Poder Executivo.

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica alterado o inciso I do artigo 34 da Lei Complementar n. 122/2014, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 34 – [...]

I - na Tabela A, os vencimentos dos cargos de provimento em comissão de direção especializada, direção superior, assessoramento especializado, assessoramento superior – AGP-1; PEDA-1; PEDA-2/PEDA-6” (NR)

Art. 2º - Os cargos de provimento em comissão, instituídos no Anexo I da Tabela A, direção especializada, direção superior, assessoramento especializado, assessoramento superior, da Lei Complementar n.º 122/2014, são acrescidos dos seguintes cargos e vagas:

I – Anexo I, da Tabela A, quantitativos de cargos em comissão - direção especializada, direção superior, assessoramento especializado, assessoramento superior, ficam acrescidos 03 (três) cargos de Secretário Municipal Adjunto (PEDA-1);

II – Anexo I, da Tabela A, quantitativos de cargos em comissão - direção especializada, direção superior, assessoramento especializado, assessoramento superior, fica acrescido 01 (um) cargos de Procurador Adjunto (PEDA-1);

Art. 3º - Fica acrescentado ao texto da Lei Complementar n.º 122/2014 o artigo 60-F, que terá a seguinte redação:

“Art. 60-F. Ficam criados os cargos de provimento em Comissão de Secretário Municipal Adjunto (03 cargos) e de Procurador Adjunto (01 cargo), símbolo PEDA-1 do Anexo I da Tabela A desta lei.” (NR)

Parágrafo único. Os cargos criados no presente artigo constarão da Tabela A do Anexo I desta Lei, sob o símbolo PEDA-1, cujos vencimentos equivalerão a 90% (noventa por cento) do subsídio de Secretário Municipal;

Art. 4º - Fica transformado o cargo de provimento em Comissão de Diretor de Hospital em Diretor de Suprimentos, constante do Anexo I da Tabela A desta lei, símbolo PEDA-2.

Art. 5º - Ficam extintos 03 cargos de Secretário Municipal, referentes à Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo; à Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento; bem como à Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer, as quais serão extintas por lei específica.

Art. 6º - Ficam alteradas as Tabelas A e D do Anexo I da Lei Complementar n.º 122/2014, que passarão a vigorar na forma do anexo I desta lei.

Art. 7º - Fica alterado o Organograma da Estrutura Básica do Poder Executivo do Município de Ponta Porã/MS, que passará a vigorar na forma do anexo II desta lei.

Art. 12 - As Despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das verbas próprias do Município de Ponta Porã, suplementadas se necessário.

**Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Ponta Porã, 20 de dezembro de 2016.**

**Ludimar Novais Godoy
Prefeito Município de Ponta Porã**

Republicado por Incorreção

LEI COMPLEMENTAR N. 160, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

“Altera a Lei Complementar nº 93/2013, que “dispõe sobre a criação, alteração e reorganização da Estrutura Básica do Poder Executivo do Município de Ponta Porã/MS, e dá outras providências”.

Autor: Poder Executivo.

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 5º da Lei Complementar n. 93/2013 que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 5º - A administração direta compreende serviços estatais encarregado das atividades típicas da administração, nas seguintes áreas de atuação: instrumental, desenvolvimento, e promoção social e fomento ao desenvolvimento integrado”.

- I- Órgãos de Atuação Instrumental:**
- a) Procuradoria Geral do Município;**
- b) Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; (NR)**
- c) Secretaria Municipal de Finanças; (NR)**